

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 220, DE 2003

Prevê sanção decorrente da prática de ilícitos penais que atentem contra os direitos humanos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A prática de ilícitos penais que importem em violação aos direitos humanos acarretará a proibição prevista nesta lei.

Art. 2º A pessoa que for condenada pela prática de crime contra os direitos humanos, conforme tipificado na legislação penal vigente, ou pela prática de infrações penais relativas à violação a direitos humanos, que a República Federativa do Brasil se comprometeu a reprimir em decorrência de tratados, acordos e atos internacionais de que seja signatária, ficará proibida de contratar, pelo período de cinco anos, contados do trânsito em julgado da sentença condenatória, financiamentos com recursos públicos junto a qualquer instituição financeira oficial ou privada.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2004.

Deputada Sandra Rosado
Relatora

